

**NAS PÁGINAS DA REVISTA VEJA:  
Nacionalismo, propaganda e construção histórica nos dias do  
Sesquicentenário da Independência (1972)**

FABRÍCIO DE SOUSA MORAIS\*

### **Breve caracterização histórica do período**

O ano é 1972, o terceiro do governo do presidente Gal. Emílio Garrastazu Médici (1905-1985), que foi também o terceiro presidente da Ditadura Militar (1964-1984).<sup>1</sup> Creio que os “anos de chumbo”, alcunha dada ao período, são um momento crucial da História do Brasil e esses são os dias mais turbulentos do regime ditatorial. Geralmente, quando pensamos nas atrocidades cometidas pelos homens que defendiam a “revolução”, mesmo que de maneira vaga, nos remetemos aos dias “sombrios” dessa administração (1969-1974).

Não podemos esquecer que essa é também a ocasião do tão propalado “milagre econômico” (1968-1973), período em que o país cresceu, em média, dois dígitos por ano. Esse fenômeno foi utilizado pelo regime para legitimar as suas ações pela eficácia do sistema econômico (cf. PRADO; EARP, 2007). Na **Mensagem presidencial ao Congresso Nacional** (1973), que se refere às ações do ano anterior, o tópico que trata da situação econômica do país diz: “mais uma vez, foram atingidos, na área-econômico financeira, os objetivos do Governo” (MÉDICI, 13 nov. 2010:23). Objetivos que são representados pelo crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) numa taxa que fica acima dos 9%, desde 1968, e que no ano de 1972 alcançou o índice de 10,4%.

O tom geral da fala do presidente é de grande otimismo. São números e mais números que comprovam o sucesso do governo. Sucesso que chegou à classe trabalhadora, tendo em vista

---

\* Aluno do doutorado do PPGH-UFPE; Bolsista Capes; Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do IFPB – Campus Patos.

<sup>1</sup> Vale lembrar que esta periodização, aliás, como todo o estabelecimento de marcos temporais, é questionável, não tanto pelo seu início (1964), mas pelo seu término (1984). As divergências ocorrem, pois o período tanto pode ser encurtado (1979), para isso toma-se como base o fim do AI-5 e a Lei da Anistia. Como pode ser prolongado (1989), nesse sentido o ano da primeira eleição direta para presidente, após um interregno de quase trinta anos, passa a ser o marco. Ainda existe a possibilidade de considerar o recorte entre os anos de 1979-1889, como uma espécie de transição entre a ditadura (com o último presidente militar, 1979-1985) e a República (com o poder executivo nas mãos de um civil, mas que foi eleito de maneira indireta, 1985-1990).

*... que a taxa média de reajustamento salarial foi de 21%, e, considerando a elevação de 14% do custo de vida, a taxa real de crescimento dos salários ascendeu aproximadamente a 7%. Esses resultados se fizeram acompanhar, além disso, da elevação de 4% no nível de emprego (MÉDICI, 13 nov. 2010, 1973, p. 25).*

Amensagem serve como uma propaganda, tratando da chegada de um novo tempo, o do Brasil como um país desenvolvido. Essas duas maneiras de ver um mesmo recorte temporal é bem intrigante. De um lado, uma determinada memória sobre o período: sombria, turva, a institucionalização da tortura,<sup>2</sup> um pesadelo que nos assombra até os dias atuais. São vários e bem conhecidos os relatos das atrocidades cometidas pela ditadura, mesmo assim, cabe fazer menção, não ao AI-5, mas ao “... decreto-lei [onze de novembro de 1971] autorizando o Executivo a promulgar *decretos-leis secretos*, cujos textos não seriam divulgados em qualquer publicação oficial. Isto permitia a prisão de uma pessoa por infração à lei cuja existência era totalmente desconhecida” (ALVES, 2005:192. Grifos no original).

Do outro, o otimismo da propaganda governamental que alardeia a chegada desse novo tempo e que, pelo menos durante um determinado período, alcançou uma boa parte da população. É como se o chumbo tivesse sido, finalmente, transformado em ouro, como tanto queriam os alquimistas da Idade Média. Isso nos mostra que os fenômenos ligados a esses anos são bem mais complexos do que se faz crer em um primeiro momento, nas palavras de Daniel Aarão Reis(2005:64):

*Os anos 70, considerados e aperreados como anos de chumbo, tendem a ficar pesados como o metal da metáfora, carregando para as profundas do esquecimento a memória nacional. Eles precisam ser revisitados, pois foram também anos de ouro, descortinando horizontes, abrindo fronteiras, geográficas e econômicas, movendo as pessoas em todas as direções dos pontos cardeais, para cima e para baixo nas escalas sociais, anos obscuros para quem descia, mas cintilantes para os que ascendiam. Naquelas áreas movediças haviam os que afundavam, mas também os que emergiam, surgidos de todos os lados, desenraizados, em busca de referências, querendo aderir. Anos prenhes de fantasias esfuziantes, transmitidas*

---

<sup>2</sup> Algumas interpretações mais superficiais da ditadura colocam a tortura como algo característico apenas do período pós o Ato Institucional nº 5 (13 de dezembro de 1968). No que concerne a este texto concorda-se com a seguinte posição: “Assim, o Ato Institucional nº 5 foi o amadurecimento de um processo que se iniciara muito antes, e não uma decorrência dos episódios de 1968, diferentemente da tese que sustenta a metáfora do ‘golpe dentro do golpe’, segundo a qual o AI-5 iniciou uma fase completamente distinta da anterior. Trata-se de reafirmar a importância, como projeto, do que se pode chamar de ‘utopia autoritária’, isto é, a crença de que seria possível eliminar quaisquer formas de dissenso (comunismo, ‘subversão’, ‘corrupção’) tendo em vista a inserção do Brasil no campo da ‘democracia ocidental e cristã’” (FICO, 07 set. 2009:34).

*pelas TVs em cores, alucinados anos 70, com tigres e tigresas de toda sorte dançando ao som de dancing' days.*

Esta é uma percepção que atenta, de uma maneira bastante interessante, para a complexidade desse período. Existe a visualização das “camadas de amortecimento” (REIS, 2005:62) entre os ricos, cada vez mais ricos, e os pobres, cada vez mais pobres. Enquanto os dissidentes do regime eram torturados, um grande número de pessoas se apinhava, por exemplo, nas ruas da capital do estado da Paraíba durante as comemorações do Sesquicentenário da Independência para acompanhar “os despojos sagrados do grande artífice da Nacionalidade”, o povo “só tinha olhos para o esquife venerável. E palmas nas mãos para saudar o Libertador. Momentos inesquecíveis aqueles!” (CAVALCANTI, 1972:74-75). No geral, é possível dizer que boa parte da sociedade, e a Paraíba não difere desse modelo, foi favorável ao movimento que tomou o poder em 1964 como nos mostram as citações apologéticas de Archimedes Cavalcanti.<sup>3</sup>

O que percebo aqui é que, mesmo dentro dos limites impostos por um regime ditatorial, nem tudo é tão bonito e simples como foi decantando pelo presidente nas linhas acima. A dialética<sup>4</sup> se faz presente. O embate ainda existe, e não me refiro à luta fora do sistema, como a luta armada,<sup>5</sup> refiro-me aos encontros dentro do sistema que, mesmo de maneira desigual, ocorreram durante aquele ano.

## A nação em revista

---

<sup>3</sup> O historiador dileitante Archimedes Cavalcanti (1927-1998) foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e autor de **A Paraíba na revolução de 1817** (1970) e **A cidade de Parahyba na época da Independência** (1972).

<sup>4</sup> Uso como respaldo para esta ideia a formulação de Edgard Morin (2002:6) que, ao analisar as contribuições do marxismo às Ciências Humanas, aponta a reformulação da dialética, feita por Marx, como uma ferramenta central de análise do social. Nas palavras do pensador francês: “... a concepção dialética segundo a qual não apenas há ação recíproca dos fenômenos em relação uns aos outros na história e na sociedade, como há uma verdadeira totalidade de elementos em movimento, e que as contradições que aparecem nesta totalidade são o motor efetivo do desenvolvimento humano”.

<sup>5</sup> Segundo Marcelo Ridenti (2010:61), “quase todas as organizações de esquerda no período estiveram, direta ou indiretamente, envolvidas com a via armada”. E que as mesmas acreditavam na “... ideia de uma vanguarda detentora do caminho da libertação, onisciente das leis da história, que sabe, melhor do que os próprios trabalhadores, os caminhos da revolução, encarnando uma consciência de classe pré-estabelecida” (RIDENTI, 2010:44).

A revista **Veja** surge no ano de 1968, datando sua primeira edição do dia 11 de setembro. O periódico semanal já nasceu sob o signo da ditadura e às vésperas do início do seu período mais conturbado, quando começa a vigorar o AI-5, em 13 de dezembro do mesmo ano. No seu primeiro editorial, o editor e diretor Victor Civita<sup>6</sup> (11 set 1968:20), deixa claro os seus interesses: “Onde quer que você esteja, na vastidão do território nacional, estará lendo estas linhas praticamente ao mesmo tempo em que todos os demais leitores do País. Pois VEJA quer ser a grande revista semanal de informação de todos os brasileiros”.

A revista coloca como sua grande missão unir o território. Prega-se, no final dos anos 1960, a tão almejada integração nacional:

*O Brasil não pode mais ser o velho arquipélago separado pela distância, o espaço geográfico, a ignorância, os preconceitos e os regionalismos: precisa de informação rápida e objetiva a fim de escolher rumos novos. Precisa saber o que está acontecendo nas fronteiras da ciência, da tecnologia e da arte no mundo inteiro. Precisa acompanhar o extraordinário desenvolvimento dos negócios, da educação, do esporte, da religião. Precisa, enfim, estar bem informado. E este é o objetivo de VEJA (CIVITA,11 set 1968:20).*

Para que isso acontecesse, acreditava na alta vendagem do seu produto. A edição de estreia vendeu 650 mil exemplares, porém essa marca não foi mantida e já no segundo número registra-se uma grande queda, caindo para 420 mil. No período que me interessa de maneira mais direta, o ano de 1972, eram impressos, em média, 144 mil, 85 mil iam para as bancas de revistas, onde eram vendidos cerca de 65 mil. Ainda existiam um pouco mais de 46 mil exemplares que eram para as assinaturas pagas e 13 mil exemplares que eram distribuídos para um público denominado de “vips”(cf. A batalha por uma revista, set 1972:11 ).

Benedict Anderson (2008) discorre de maneira bastante lúcida sobre a importância do capitalismo editorial para o desenvolvimento das nações modernas. Segundo ele, os periódicos têm um papel fundamental na construção da nação, não só pelas notícias que transmitem, mas também pela possibilidade de unir os membros do território numa atividade constante, anônima e simultânea.<sup>7</sup> A partir da possibilidade de transmitir a sua mensagem a

<sup>6</sup> Nascido nos EUA (1907), mas de família de origem italiana. Erradicou-se no Brasil e fundou a editora Abril (1950). Morreu em 1990.

<sup>7</sup> No livro **Comunidades imaginadas**, Anderson (2008:65-66) nos mostra como os periódicos constroem esse vínculo imaginado: “A primeira [fonte do vínculo] é a simples coincidência cronológica. A data no alto do jornal [revista], o seu emblema mais importante, fornece a principal conexão – o avanço constante do tempo vazio e

“todos” que habitam um país de dimensões continentais como o Brasil, a revista **Veja**, como nos mostra Civita, se lança como uma importante ferramenta de difusão da simultaneidade, na medida em que carrega determinada visão de nacionalidade, convertendo-se, desse modo, em um veículo divulgador da concepção de sociedade defendida pelo regime. Além disso, ela traz consigo, em doses bem menores, é verdade, os dissensos gerados naquele momento histórico. À luz dessas afirmações, a revista se converte nas “raízes visíveis do mundo imaginado na vida cotidiana” (ANDERSON, 2008:68).

Na edição comemorativa do Sesquicentenário da Revista **Veja**, a principal fonte deste artigo, vários aspectos chamam a atenção do leitor, a começar pela capa. Esta é inteiramente dedicada ao Sete de Setembro, trazendo o numeral sete em destaque, nas cores verde, amarelo e azul, e no canto direito da página traz a frase “como se fez a nação”. Assim, o destaque da festividade cívica vem expresso desde a capa. Nas várias seções da publicação, uma, logo no começo, chama bastante atenção escrita e desenhada por Millôr Fernandes,<sup>8</sup> leva o nome de: Millôr – enfim, um escritor sem estilo!(p. 10-11). Abaixo reproduzo o desenho:



homogêneo. Dentro desse tempo, o ‘mundo’ caminha inexoravelmente em frente (...) A segunda fonte de vínculo imaginário consiste na relação entre o jornal, como uma forma de livro, e o mercado (...) o livro foi a primeira mercadoria industrial com produção em série ao estilo moderno.”

<sup>8</sup> Millôr Fernandes (1924-2012), escreveu na revista **Veja** entre 1968 e 1982. No seu primeiro artigo na revista (edição número 13, dezembro de 1968) escreveu uma **Autobiografia de mim mesmo** (À maneira de mim próprio), nela destaco os trechos a seguir como pistas interessantes de como Millôr se apresenta para o público desse periódico: “Não me acho possuidor de um poder divino, mas de vez em quando solto meus trovões, e algum raio que os parta. Quanto a certos chefes de Estado, acho que devemos lhes dar todo o nosso apoio para ex-presidentes. E como recompensa exijo pouco – apenas, se a coisa endurecer, ser fuzilado por último. Pois em matéria de Democracia a que eu aprecio mesmo é adô PapáDoc, que, esse sim, não faz discriminação a favor de ninguém. Fuzila amigos, inimigos e parentes na mesma proporção e com a mais serena equidade (...) Em suma: um humorista nato. Muita gente, eu sei, preferiria que eu fosse um humorista morto, mas isso virá a seu tempo. Eles não perdem por esperar” (FERNANDES, 04 dez 1968:42-43).



**Legenda:** Revista Veja, nº 209, 06 set 1972:10-11.

Ciro Flamarion Cardoso e Ana Maria Mauad (1997:406) analisam o uso da fotografia como documento histórico, afirmam que a imagem não deve ser aprisionada no tempo e sim compreendida como uma mensagem construída através do tempo. Dessa forma, a fonte assume o caráter de uma imagem/documento e uma imagem/monumento – a referência às reflexões feitas por Jaques Le Goff é clara – se tornando uma ferramenta de análise bastante útil. É possível, ainda, retroceder um pouco e encontrar na formulação do próprio Le Goff um bom caminho para dialogar com a representação<sup>9</sup> da festa cívica criada por Millôr. Desse modo, o seu alerta sobre como os historiadores devem se debruçar sobre as fontes deve ser citado:

*A intervenção do historiador que escolhe o documento, extraindo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho que, pelo menos em parte, depende da sua própria posição na sociedade da sua época e da sua organização mental, insere-se numa situação inicial que é ainda menos "neutra" do que a sua intervenção. O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo (LE GOFF, 1996:547-548).*

A constatação de que o documento não é inocente e que o seu resultado é uma montagem é o caminho que tomo para tentar não ser ingênuo perante o desenho acima reproduzido. As duas páginas são marcadas por duas janelas idênticas, nós e o autor estamos na sala de uma casa. No centro da imagem, encontra-se uma mesinha ornada por uma toalha e

---

<sup>9</sup>O conceito de representação não deve ser pensado de maneira isolada e sim coletiva, também não deve ser pensado no singular e sim no plural. Como está expresso na citação a seguir: “A comunicação de representações coletivas de uma pessoa para outra é o meio pelo qual os indivíduos são socializados nas representações compartilhadas em sociedade ou grupos sociais. A interação e a associação de indivíduos dependem de sua comunicação para que haja uma circulação constante de representações de uma sociedade. É por meio dessa circulação que elas passam de um indivíduo para o outro e podem ser reproduzidas. No entanto, ao agir com base em representações e comunicá-las aos outros, os indivíduos sempre desviam, modificam e inovam criativamente. Assim as representações particulares e o inventário como um todo se transformam com o tempo” (SCOTT, 2010:176-177).

que tem em cima um jarro de flores. Ao olhar para o lado de fora podemos, ver pelas janelas, o “7 de setembro”, em verde e amarelo, passar. Esse Millôr (muito) cívico – que dá título ao desenho – colocou uma parede entre os moradores da casa e o desfile cívico, as pessoas assistem à data símbolo da nação brasileira ao invés de participarem do momento. Não existem figuras antropomórficas na imagem, por conseguinte, não existem pessoas na nação, apenas uma data vazia que perambula pelas ruas. Essa analogia leva a refletir sobre a ideia de nação, implementada pelo Estado, e como essa se distancia, talvez pelo medo, dos diversos membros que compõe o corpo nacional.

A revista é muito bem ilustrada, são raras as páginas que não trazem, pelo menos, uma imagem. Nessa edição, as propagandas chamam bastante atenção do leitor. O espaço disponibilizado é grande: das 132 páginas da revista, 52 são de propagandas, perfazendo um percentual de 39% das páginas totais do periódico. Dentre esses espaços, existem 21 páginas que se relacionam diretamente com os festejos do Sesquicentenário, elas podem ser traduzidas em termos percentuais ao equivalente a 16% do número total de páginas da revista e a 40% dos anúncios. A partir desses dados estatísticos é possível atestar a importância que os anúncios tinham dentro dessa edição, com destaque para os que tratam dos festejos.<sup>10</sup>

Existe uma diversidade de produtos e serviços anunciados. Dentre estes, os que mais chamam atenção são aqueles que tratam da relação entre as pessoas e as novas tecnologias. O primado do novo para um país que alardeava estar próximo a se tornar uma potência mundial poderia ter um efeito sedutor. Assim, é possível traçar um tipo ideal<sup>11</sup> de público que a revista buscava atingir. Ele poderia ser descrito da seguinte maneira:

---

<sup>10</sup> A importância da propaganda pode ser atestada nos dizeres da própria revista, que se preocupa em mostrar o sucesso editorial com crescimento do número de anunciantes: “A revista vendeu 656,5 páginas em 1969; 1.227 em 1970; 1.350 em 1971 e este ano espera perto 1.500” (A batalha por uma revista, set 1972:17).

<sup>11</sup> Tipo ideal é um dos principais métodos desenvolvidos pelo sociólogo alemão Max Weber e poder ser definido da seguinte maneira: “O discutido ‘tipo ideal’, expressão-chave na discussão metodológica de Weber, refere-se à construção de certos elementos da realidade numa concepção logicamente precisa. A palavra ‘ideal’ nada tem com quaisquer espécies de avaliações. Com finalidades analíticas, podemos construir tipos ideais de substituição ou líderes religiosos. A expressão não significa que profetas ou prostitutas sejam exemplares ou devam ser imitados como representantes do modo de vida ideal” (H.H. Gerth; C. Wright Mills, 1982:78). Para complementar essa definição utilizo as palavras de Gabriel Cohn (1991:8): “Consiste em enfatizar determinados traços da realidade – por exemplo, aqueles que permitiam caracterizar a conduta do burocrata profissional e a organização em que ele atua – até concebê-los na sua expressão mais pura e consequente, que jamais se apresenta assim nas situações efetivamente observáveis. Por isso mesmo esses tipos necessitam ser construídos no pensamento do pesquisador, existem no plano das ideias sobre fenômenos e não nos próprios fenômenos. Assim concebido, esse conceito de ‘tipo ideal’ não é senão a forma assumida no plano metodológico pela mesma ‘vocação para o exagero’, pois corresponde ao pressuposto de que a realidade só pode ser conhecida quando

Um homem que, ao chegar do trabalho, escuta música no seu “conjunto esthereophônico Philips” (06 set 1972:29), acende um cigarro Hollywood que tem “... aquele gosto amigo do sucesso” (06 set 1972:31) e toma uma dose do conhaque Dreher, descobrindo “...que o prazer é todo seu” (06 set 1972:55). É um momento de descanso e, além da revista Veja, ele gosta de folhear as páginas da revista Placar que cobrirá “a primeira fase do campeonato nacional [que] terá 325 partidas” (06 set 1972:122), e também a revista Quatro Rodas que, na sua edição especial de agosto, conclama o leitor a “visitar o Brasil no ano do Sesquicentenário” (1972:129), mostrando um roteiro de turismo histórico. Quando quer saber às horas olha para o seu relógio Seiko, “relógios que você nunca vê em paradas porque estão sempre em movimento. Como o Brasil de hoje” (06 set 1972:105). Já é noite e o tic-tac o faz perceber que tem que fazer uma ligação interurbana e esta é a “hora de você falar, sem demoras, mais barato” via Embratel (06 set 1972:61). Ele usa roupas da marca Tergal, já que é esta marca que “defende o nome do Brasil na Olimpíada” (06 set 1972:51). Por último, ainda é possível dizer, que o nosso leitor ideal é um patriota, visto que “sente o charme e o veneno de um carro 100% brasileiro” (06 set 1972:131), um Volkswagen SP.

Através dos anúncios, também é possível encontrar uma ideia de nacionalismo e a maneira que esses produtos ou serviços se relacionavam com o público leitor da revista. Logo nas primeiras páginas, temos um primeiro exemplo dessa conexão:



Legenda: Veja, nº 209, 06 set 1972:6-7.

aqueles traços que interessam intensamente ao pesquisador são metodicamente exagerados, para em seguida poderem formular com clareza as questões relevantes sobre as relações entre os fenômenos observados”.



O clima festivo da imagem salta aos olhos de quem folheia a revista, as crianças parecem entusiasmadas com os festejos e tremulam fortemente suas bandeirinhas do Brasil; a única exceção parece ser um menininho, posicionado no canto esquerdo inferior da imagem, que olha para a direção oposta, não sorri e nem tem a sua bandeira à mostra. A fotografia é ladeada por um texto que conclama as pessoas a serem mais brasileiras, o trecho final é bem significativo: “Pois quem ama, sente, estuda e trabalha por este país tem sempre 90 milhões de pessoas torcendo por ele. Faça isso. Abra seu coração que você será muito mais brasileiro”.

Sigo o caminho traçado por Denise Bernuzzi de Sant’Anna (cf. 1997:89-90), que propõe que o estudo da propaganda deve prestar bastante atenção na relação entre texto e imagem, evitando separá-los. Nesse caso, a mensagem passada pelo Banco Português do Brasil é a de integração do país: começa com as crianças e sua alegria capaz de contagiar, muitas vezes, as figuras mais carrancudas; posteriormente, ao deslocar o olhar da esquerda para a direita, o complemento textual que apela para o coração dos leitores, o órgão tradicionalmente identificado como os sentimentos, especialmente com o amor, nesse caso o amor à nação e, quando o olhar volta para as crianças, ainda é possível ver a projeção do futuro “deste gigante despertado pela força da sua própria gente” (trecho que abre a o texto da propaganda). Aqui é factível afirmar que os interesses privados do banco pegam uma carona no clima festivo e emotivo do Sesquicentenário para tentar angariar mais clientes.

Algumas páginas à frente uma ideia próxima à da imagem anterior aparece, só que dentro de outro contexto. Agora não é mais uma instituição bancária que utiliza as páginas da revista, mas sim a Companhia Siderúrgica Nacional:



Legenda: Veja, nº 209, 06 set 1972:62-63.

A imagem, como a anterior, está recheada de crianças, só que estas são mais variadas e estão mais dispersas. Algumas estão vestindo roupas que remetem às fardas das bandas marciais, inclusive segurando os instrumentos que fazem parte da composição das fanfarras, outras estão com o uniforme dos escoteiros e a maior parte delas trajam roupas civis, com o detalhe que estes últimos também seguram instrumentos musicais. Ao fundo, impressiona a montanha de minérios e o maquinário existente. Essa propaganda, diferente da anterior, e até mesmo por ser de uma empresa estatal, é endereçada ao próprio presidente. O texto é recheado de detalhes que valem a pena serem transcritos:

*Cada dia de trabalho realizado é dia de Independência. Que se afirma em mais uma escola, mais uma fábrica, mais um campo que se lavra, mais uma estrada que se abre, mais uma casa que se constrói. Em mais um produto que se exporta. Volta Redonda trabalha todos os dias pelo fortalecimento de nossa independência, produzindo o aço que está contribuindo para tornar o Brasil contemporâneo do futuro. Aço de melhor qualidade, em volume crescente, para que se possa continuar multiplicando as riquezas pelo Brasil afora. Como o senhor afirmou, Presidente Médici, “a Independência não foi o grande ato do passado morto”. E nós, as novas gerações de Volta Redonda, estamos aí para garantir que no campo da produção de aço – base da emancipação econômica de um país – o Sete de Setembro vai continuar acontecendo todos os dias.*

As palavras grafadas no céu azul da fotografia são ditas pelas crianças, naturais de Volta Redonda, que afirmam que o “bom” caminho da independência cotidiana será mantido pelos jovens. O curioso é que essa missiva não traz o ar pueril criado pela fotografia, o texto,

redigido em tom laudatório, serve para reafirmar a ideia repetida pelo governo de que o país estava no rumo certo para se tornar uma potência mundial. É pouco provável que esse fosse o interesse desses jovens, causando assim um descompasso entre a fotografia e o texto.

Quando se fazia história dos “grandes homens nos grandes momentos”, uma história que se preocupava com as ações extraordinárias, uma festa cívica deveria ser narrada pelas ações cunhada por esses “heróis”. Nas festividades do Sesquicentenário, é possível citar, pelo menos, dois desses responsáveis por guiar a nação: o primeiro d. Pedro I, o responsável por sua fundação; e o segundo, o presidente Médici, seu atual governante. Essa formulação não se sustenta mais.

Contrariando esse modo de fazer história, quero ressaltar a necessidade de compreender a festa cívica para além do que ela carrega de extraordinário, abordando seus aspectos ordinários e com isso aumentando a complexidade do objeto de estudo. Assim, as páginas da revista **Veja** e suas múltiplas propagandas tornam-se uma importante fonte nesse processo de construção de uma impossível “história global” das comemorações do Sesquicentenário da Independência.

### **Fontes:**

CIVITA, Victor. Carta do editor. In: **Veja**, São Paulo, n. 1, p. 20-21, 11 set. 1968.

**Veja**. São Paulo, n. 209, 06 set. 1972.

### **Bibliografia Citada:**

A batalha por uma revista. In: **Veja**. Uma história de **Veja**: reflexões de um dia de aniversário, São Paulo, edição especial, set 1972, p. 9-17.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil** (1964-1984). Bauru, SP: Edusc, 2005.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 401-417.

CAVALCANTI, Archimedes. **A cidade de Parahyba na época da Independência** (aspectos sócio-econômicos, culturais e urbanísticos em volta de 1822). João Pessoa: Universitária, 1972.

COHN, Gabriel (org.). Introdução. In: **Weber**. Tradução de Gabriel Cohn. 5 ed. São Paulo: Ática, 1991, p.7-15.

FERNANDES, Millôr. Autobiografia de mim mesmo (à maneira de mim próprio). In: **Veja**. São Paulo, nº 13, 04 dez 1968, p. 42-43.

FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a03v2447.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2009.

H.H. Gerth; C. Wright Mills. Introdução: o homem e sua obra. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Max Weber: ensaios de Sociologia**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão... [et al.]. São Paulo: Unicamp, 1996.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. **Mensagem presidencial ao Congresso Nacional** (1973). Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1335/000001.html>>. Acesso em: 13 nov. 2010.

MORIN, Edgar. **Em busca dos fundamentos perdidos: textos sobre o marxismo**. Porto alegre: Sulina, 2002.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 207-241.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2 ed. São Paulo: Unesp, 2010.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Propaganda e História: antigos problemas, novas questões. In: **Projeto História**, nº 14, p. 89-112, 1997.

SCOTT, John. Representações coletivas. In: SCOTT, John (org.). **Sociologia: conceitos-chave**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2010, p. 175-178.